

## ***O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes: o discurso naturalista nos dizeres sobre língua nacional nos anos 1920**

Thiago Mattos<sup>1</sup>  
Vanise Medeiros<sup>2</sup>

**Resumo:** Debruçamo-nos sobre *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes (1922), perguntando-nos i) em que medida comparece um modo de significar língua do/no Brasil que filia-se a Amadeu Amaral (*O dialeto caipira*, 1920), significando a língua do/no Brasil como derivação (imperfeita) da matriz lusitana; ii) em que medida a memória naturalista não comparece também em Nascentes; iii) e em que medida o modo de Nascentes significar língua do/no Brasil contribui para a formação de uma determinada posição-sujeito lusitana e uma determinada memória naturalista que colocam a língua do/no Brasil no lugar do erro, do desvio, da deturpação (discurso lusitano) e no lugar da patologia, da moléstia, organismo lacunar e degenerado, espécie de variação doente da língua matriz portuguesa (discurso naturalista, em articulação com o discurso lusitano). Filiamo-nos, para tanto, à História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 1992) articulada à Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1999; 1988), pensando “o conhecimento como um discurso” (PÊCHEUX, 1988) e, em consequência, compreendendo um instrumento de produção de conhecimento metalinguístico como discurso, objeto simbólico e histórico, e não apenas imparcial objeto descritivo da língua. Entendemos a língua como lugar de disputa de sentido: lugar em que trabalha a ideologia. É olhando para o texto que identificamos os movimentos ideológicos, as posições-sujeito, a memória discursiva.

**Palavras-chave:** História das ideias linguísticas. Análise do discurso. Nascentes. Discurso naturalista. Língua nacional.

### **Introdução**

Partindo de duas obras fundamentais para os estudos dialetológicos no Brasil, *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, publicado em 1920, e *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes, de 1922, esta pesquisa busca identificar posições-sujeito que comparecem no discurso do filólogo da década de 1920 no que diz respeito à língua do/no Brasil. Analisaremos as posições dos filólogos naquele momento, no que diz respeito à língua do/no Brasil, e o impacto de suas ideias no imaginário de língua daquele momento, principalmente

---

<sup>1</sup> Thiago Mattos é graduado em Letras pela Universidade Federal Fluminense, tendo sido bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ. É tradutor e poeta, tendo publicado *Teu pai com uma pistola*, livro com o qual foi selecionado para participar do Festival Internacional de Poesia de Trois-Rivières (Canadá), em outubro de 2013. E-mail: [thiago\\_loc@yahoo.com.br](mailto:thiago_loc@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Vanise Medeiros é pesquisadora do CNPq, bolsista JCNE (FAPERJ) e professora-adjunta na Universidade Federal Fluminense. Publicou, dentre outros, (coautoria Medeiros–Mattos) na revista *Confluência* (ed. 41/42, 2012) o artigo “O Dialeto caipira, de Amaral: discurso fundador e acontecimento discursivo”. E-mail: [vanisegm@yahoo.com.br](mailto:vanisegm@yahoo.com.br).

no próprio imaginário acerca do falar do brasileiro. Finalmente, questionaremos de que modo essas duas obras se tocam e se relacionam (em confronto ou em aliança) projetando uma discursividade sobre língua do/no Brasil.

Detivemo-nos primeiro sobre *O dialeto caipira*, ali identificando uma posição-sujeito dominante, alinhada com uma posição-sujeito que aqui chamaremos de “lusitana” (MATTOS; MEDEIROS, 2012), significando a língua do/no Brasil como da ordem do erro, do desvio, da deturpação – em relação a uma língua materna, a uma língua matriz de natureza puramente portuguesa, lugar de estruturas legítimas e estáveis, lugar da alta literatura e da escrita. Retomando a primeira parte de nossa pesquisa, *O dialeto caipira* constitui, com efeito, um discurso fundador e um acontecimento linguístico (MATTOS; MEDEIROS, 2012): um acontecimento linguístico em função da tensão da nomeação – por um lado, o gesto de nomear e demarcar consiste em um acontecimento na língua, por outro, este não sem a tensa memória da língua do colonizador. E um discurso fundador sobre o que vai significar doravante “dialeto caipira”. Dito de outro modo, funda-se um lugar dentro e fora da língua: dentro, na medida em que se põe como parte de outra língua – corrompida – e fora porque é parte que não se quer nem deve falar – erro a ser evitado.

Debruçamo-nos, agora, sobre *O linguajar carioca*, de Nascentes (1922). Ao fazê-lo, torna-se impossível não nos perguntarmos em que medida não comparece em Nascentes um modo de significar língua do/no Brasil que, afinal, filia-se àquilo que comparecia em Amaral; torna-se impossível não nos perguntarmos em que medida a memória positivista/naturalista fartamente presente em Amaral (sobretudo na sua proposta metodológica, que vai beber na fonte do positivismo de Gaston Paris, na obra *Os falares de França*) não comparece também em Nascentes; torna-se impossível não nos perguntarmos, enfim, em que medida o modo de Nascentes significar língua do/no Brasil pode vir a trazer consigo, tal qual em Amaral, uma posição-sujeito (por nós denominada) lusitana e uma memória naturalista que colocam a língua do/no Brasil no lugar do erro, do desvio, da deturpação (posição discursiva lusitana) e, ao mesmo tempo, no lugar da patologia, da moléstia, organismo lacunar e degenerado, variação doente da língua matriz portuguesa (memória naturalista).

## 1. Filiações teórico-metodológicas

Filiamo-nos à Análise do Discurso (PÊCHEAUX, 1999; 1988; ORLANDI, 2001; 2002; 2005) pensando “o conhecimento como um discurso” (PÊCHEAUX, 1988) e, em

consequência, compreendendo um instrumento de produção de conhecimento metalinguístico como discurso, objeto simbólico e histórico, e não apenas imparcial objeto descritivo da língua. Isso porque, dito de outro modo, entendemos a língua como lugar de disputa de sentido: lugar em que trabalha a ideologia. É olhando para a materialidade que identificamos os movimentos ideológicos, as posições-sujeito, a memória discursiva. Para a Análise do Discurso, falar já é tomar posição na medida em que, como nos lembra Mariani,

[...] usar uma palavra é não usar outra, é fazer recortes em regiões de sentidos sem ter nenhuma garantia de um entendimento absoluto, é inscrever-se em redes de filiações de sentidos, as memórias e esquecimentos constitutivos do dizer. Falar é inscrever-se em redes históricas e sociais de produções de sentidos que antecedem ao próprio ato em si, e cuja memória nem sempre se depreende com nitidez (MARIANI, 2004, p. 40).

O discurso passa a ser “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, *apud* ORLANDI, 2010, p. 14), o que significa assumir um olhar outro sobre a linguagem, que é deslocada de seu lugar de instrumento de transparente comunicação para um lugar em que o discurso é efeito de sentido entre interlocutores que estão, acrescentemos, social, histórica e ideologicamente situados.

Colocamo-nos, ao mesmo tempo, no lugar de articulação entre a Análise do Discurso e a História das Ideias Linguísticas (AUROUX): analisamos discursos da e sobre a língua, trabalhando, de um lado, “com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definida” (ORLANDI, 2001, p. 16), e, de outro, com “a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem” (ORLANDI, p. 16), situando-nos na posição de estudiosos especialistas da linguagem, o que significa assumir um olhar interno (e não externo) sobre a história das ideias linguísticas. Dessa articulação, Análise de Discurso / História das Ideias Linguísticas advém um modo de abordagem do objeto que “leva em conta a historicidade dos sentidos e dos saberes linguísticos” (NUNES, 2006, p. 17).

Ao tomarmos *O dialeto caipira* (AMARAL, 2012) e *O linguajar carioca* (NASCENTES, 1953) como instrumentos linguísticos, estamos tomando-os ao mesmo tempo como produtos do processo de gramatização: “processo que conduz a *descrever e instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65), sem deixarmos de destacar que, tomando tais instrumentos linguísticos (aqui compreendidos não apenas como a

gramática e o dicionário, tal qual postulado originalmente por Aurox) como discurso, “podemos ver como se projeta nele [s] uma representação concreta da língua, em que encontramos indícios do modo como os sujeitos [...] produzem linguagem” (ORLANDI, 2002, p. 105).

## 2. Breve percurso histórico; do século XIX à década de 1920

*O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, e *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes, são publicados respectivamente em 1920 e 1922, datas portanto inseridas no entorno da Semana de Arte Moderna de 1922. Os versos “Precisamos descobrir o Brasil”, “Precisamos educar o Brasil”, “Precisamos louvar o Brasil” e “Precisamos esquecer o Brasil” escritos por Drummond (2002, p. 51) quatorze anos mais tarde mostram o que mais se discutia naquele momento: a necessidade de se descobrir o Brasil, de se fundar o Brasil, de se explicar e capturar o Brasil. E não é somente no mundo artístico e literário que surgem tais anseios. Tanto *O dialeto caipira* quanto *O linguajar carioca* são, na verdade, obras que começam a dialetologia no Brasil e, ao mesmo tempo, colocam-se escritas na esteira desse movimento de se descobrir e explicar o Brasil, no ano exato em que o país completava 100 anos de independência política. Olhar para o discurso do filólogo dos anos 1920 (aqui resumido a Amadeu Amaral e Antenor Nascentes) é olhar para aquilo que Guimarães (1996) chama de segunda fase de gramatização do português brasileiro, fase essa em que se encontra o binômio Amadeu Amaral-Antenor Nascentes. Para Guimarães, a gramatização do português brasileiro estaria dividida em quatro períodos: o primeiro período é o de gramatização do português brasileiro e caracteriza-se por uma ausência de estudos de língua portuguesa realizados no Brasil; o segundo, ainda que sejam mantidas posições defensoras de unidade entre o português lusitano e o português brasileiro, aponta para estudos sobre o português do Brasil, olhando para aquilo que se coloca como nacional; já o terceiro período é marcado pela fundação dos cursos de Letras no Brasil, que passam a funcionar como espaços de pesquisas em torno da linguagem; e o quarto caracteriza-se pela presença obrigatória da linguística nos cursos de graduação de Letras e pela criação dos programas de pós-graduação em linguística no Brasil.

Ao falarmos dos trabalhos dos dois filólogos, estamos, pois, falando de estudos *sobre* língua do/no Brasil na década de 1920, momento em que “institucionaliza-se convenientemente a relação do brasileiro e do Brasil com a língua nacional, e a nossa

sociedade organiza-se diante de suas necessidades de representação científica” (ORLANDI, 2002, p. 159). A relação agora se dá “entre brasileiros e brasileiros (incluindo, excluindo, valorizando, hierarquizando, estigmatizando, explicando)” (ORLANDI, 2002, p. 161).

Já no século XIX, após a independência, surge a questão da língua do Brasil não mais como uma questão de relação entre portugueses e brasileiros, mas como uma relação de brasileiros com brasileiros. Vão surgindo, a partir daí, produções brasileiras de instrumentos linguísticos, fixam-se normas e surge uma literatura que, ao menos no que diz respeito ao uso da língua (não nos esqueçamos, afinal, da polêmica envolvendo José de Alencar e Joaquim Nabuco, por exemplo), pode ser considerada nacional. Com a proclamação da República, a questão da língua brasileira se coloca de modo ainda mais patente, sobretudo nos anos que se seguem, com um Estado nacional fortemente configurado. Nas palavras de Orlandi (2002, p. 191), “a independência é um marco decisivo nesse nosso processo de gramatização e a República no Brasil [...] dá forma à relação dos brasileiros com sua língua, forma que se explicita no modo como eles mostram que a sabem, do ponto de vista institucional”.

É do século XIX que datam as polêmicas de José Alencar com Joaquim Nabuco e com o filólogo português Pinheiro Chagar; a polêmica de Carlos de Laet com o romancista português Camilo Castelo Branco. Tais polêmicas em torno de língua do/no Brasil estendem-se mesmo até o início do século XX, havendo, por exemplo, a polêmica entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro em torno da escrita do Código Civil. Todas essas polêmicas se dão em torno da língua do/no Brasil, em que ganha destaque a oposição entre língua portuguesa de Portugal e língua portuguesa do Brasil, fato que nos atesta que, apesar de após a Independência o olhar voltar-se para a relação entre brasileiros, focalizando-se as diferenças internas do português do Brasil, a oposição língua de Portugal *versus* língua do Brasil ainda comparece, e em larga medida ainda rege muitos dos debates e produções no Brasil. Tanto é assim que, ao analisarmos *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, o que veremos é um olhar para a língua do/no Brasil buscando suas especificidades internas, mas que o faz a partir do lugar do lusitano, compreendendo a língua portuguesa do Brasil não como “língua”, mas como um “aspecto da dialeção portuguesa em S. Paulo” (AMARAL, 1920, p. 2). Não difere do que encontramos em Antenor Nascentes (1953, p. 7): “Sempre nos interessaram as questões de dialetologia portuguesa no Brasil”. Dito de outro modo, o que se tem no Brasil é posto como da ordem da dialeção, e as diferenças entre a língua do/no Brasil e a língua de Portugal dão-se no plano da oralidade, sendo de antemão suposto que, no que diz respeito à escrita, a língua é a mesma. Na fala, há a diferença, aquilo que desvia, que se contaminou e deturpou. Na

escrita, a questão não é sequer mencionada: há a ilusão do mesmo, a ilusão de que, no lugar da escrita, a língua é a mesma. Nesse sentido, lembremo-nos do que afirma Dias (2001, p. 187) sobre essa complexa relação que se desenha no território brasileiro desde os tempos da colônia, no âmbito da escrita e da oralidade:

A questão da língua no Brasil tem suas raízes na profunda separação entre língua escrita e língua falada [...] buscou-se cultivar os padrões de língua escrita vigentes em Portugal, acentuando o contraste entre a língua portuguesa falada por uma elite situada nos principais centros urbanos e a língua portuguesa, de base oral, utilizada pela população rural, analfabeta, e pela maioria da população das cidades, que não tinha acesso à escola.

O que se busca capturar e descrever é o “falar” do brasileiro, o “dialeto”, o “linguajar” comparecendo aí um duplo movimento: de um lado, a língua do/no Brasil como da ordem da dialetação; de outro, as diferenças entre língua do/no Brasil e língua de Portugal se dando tão-somente no âmbito da fala. Opera aí, com efeito, um imaginário que trabalha a ilusão de que escrevemos igual, mas falamos diferente: língua do Brasil e língua de Portugal são a mesma na escrita, mas diferentes na fala, estando, aí, a língua do/no Brasil no lugar de dialetação da matriz lusitana. A memória discursiva europeia (isto é: lusitana) comparece no discurso do filólogo da década de 1920 significando a língua do/no Brasil não como língua, mas como “dialetação” da língua de Portugal.

### 3. Imaginário acerca de língua do/no Brasil em *O linguajar carioca*, de Nascentes

#### 3.1. Designação da língua do/no Brasil

As designações são produzidas no âmbito de relações de linguagem tomadas na história (GUIMARÃES, 2005). O gesto de designar explicita posições-sujeito e memórias discursivas, isto é: na estrutura intradiscursiva (o fio do discurso, o eixo da formulação) há marcas que materializam o interdiscurso. Segundo Zoppi-Fontana (1999), o processo de designação se caracteriza como “relações semânticas instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito, a partir das quais se instala um sentido, apagando outros possíveis/dizíveis” (1999, p. 203). Sabemos que abundam em Nascentes diferentes modos de designar a língua do/no Brasil, efeito talvez do fato de, nesse momento, a língua do/no Brasil ainda não possuir um nome (DIAS, 2001): ora é “dialetação portuguesa no Brasil” (1953, p.

7), ora é “língua portuguesa no Brasil” (DIAS, 2001, p. 9); ora é “português do Brasil” (ibidem, p. 10), ora é “falar brasileiro” (ibidem, p. 16), operando aí um jogo parafrástico que parece colocar a língua do/no Brasil sempre em condição de assujeitamento a uma língua matriz portuguesa, funcionamento semelhante àquele que comparece n’*O dialeto caipira: “aspecto da dialeção portuguesa em S. Paulo”* (AMARAL, 1920, p. 2); “dialeto brasileiro” (AMARAL, p. 2) etc. Essa posição discursiva que comparece em Nascentes não se filia, no entanto, somente a *O dialeto caipira*; filia-se também a João Ribeiro, citado pelo próprio Nascentes (1953, p. 10): “A língua nacional, diz João Ribeiro, é essencialmente a língua portuguesa”, e a tantos outros que, ao designar a língua do/no Brasil, ou mantiveram os termos “língua portuguesa”/“português” (tal qual João Ribeiro ou o suposto “português com açúcar” de Eça de Queiroz), ou fizeram uso do epíteto “brasileiro”, mas acompanhado de substantivos como “dialeto”, “linguajar”, não constituindo “língua” brasileira.

Ainda assim, no que se refere a Antenor Nascentes, parece, ao mesmo tempo, surgir sentidos que rompem (em certa medida) com esse assujeitamento da língua brasileira à língua portuguesa: “o que não se pode contestar é a existência de variação entre a língua do Brasil e a de sua antiga metrópole e é isso principalmente o que nos cumpre estudar” (NASCENTES, p. 12). Verifica-se aí, com efeito, o funcionamento de um sentido outro para a língua do/no Brasil. “Falamos diferentemente sem que por isso falemos errado”, afirma Nascentes (1953, p. 10), defendendo que as “especificidades” da língua do Brasil não podem ser considerados erros, mas diferenças: “nos exprimimos de acordo com os novos rumos por que marchou no Brasil a língua portuguesa” (NASCENTES, 1953, p. 10). Como se percebe, o modo de se designar a língua do/no Brasil permanece construído no laço de assujeitamento entre a língua de Portugal e sua variante brasileira, e está intimamente ligado ao próprio processo de nomeação da língua do/no Brasil: como nos lembra Dias (2001), no debate sobre a denominação da língua do/no Brasil, a denominação “língua brasileira” entrará na ordem da dispersão, da corrupção, do regional, enquanto a denominação “língua portuguesa” cola-se à unidade, à alta literatura.

Pode-se dizer que comparece no funcionamento d’*O linguajar carioca* uma contradição. Se num primeiro momento destaca-se o fato de que a língua falada no Brasil não está do lado do erro (posição que rompe com o modo de significar a língua do/no Brasil presente em nomes como Amadeu Amaral e João Ribeiro), num segundo momento retoma-se o gesto de colocar a língua do/no Brasil no lugar do erro e do equívoco:

No estudo dialectológico que vamos traçar teremos em vista fazer da língua do povo uma fixação que de futuro seja aproveitável. Pouco nos interessa a língua das classes cultas, primeiro porque é correta, segundo porque lhe falta a naturalidade, a espontaneidade da língua popular. Iremos ver os erros, tentar explicar a razão de ser deles, do mesmo como por que o médico estuda a etiologia das moléstias (NASCENTES, p. 14).

E instauram-se, ainda, dentro da própria língua do Brasil, à maneira de Amadeu Amaral<sup>3</sup> e de Leite de Vasconcelos<sup>4</sup>, dois espaços distintos e opostos: a língua das classes cultas (correta) e a língua popular, permeada de erros, de falhas, de equívocos; permeada de moléstias – deixando claro que no que diz respeito à língua falada no Brasil só pode ser da ordem do que varia, do que está contaminado e adoece, do que advém de uma matriz estável e legítima (português de Portugal), tal qual ocorre no processo de reprodução vegetal da mergulhia, comparação que de imediato nos coloca novamente diante da memória naturalista/positivista presente em Amadeu Amaral e em Antenor Nascentes.

### 3.2. O discurso naturalista em Nascentes

“Iremos ver os erros, tentar explicar a razão de ser deles, do mesmo modo como o médico estuda a etiologia das moléstias” (NASCENTES, 1953, p. 14), afirma Nascentes ao abrir seus estudos num gesto de, do lugar do naturalista que olha, nomeia e categoriza os elementos de terras brasileiras, colocar a língua do/no Brasil como da ordem da variação doentia e deturpada da matriz portuguesa. O que aqui propomos é, pois, olhar para esse modo de significar a língua nacional que se inscreve numa memória fortemente naturalista, biologizante, positivista, perguntando-nos, ao mesmo tempo, em que medida Antenor Nascentes não se inscreve também numa memória lusitana já presente em Amadeu Amaral, significando a língua brasileira, nessa articulação, como, em contraponto à língua portuguesa de Portugal, uma patologia, organismo doente e degenerado, contaminado e deturpado.

---

<sup>3</sup> Tal divisão no interior da própria língua do Brasil inscreve-se, na verdade, em algo já presente em Amadeu Amaral, ao contrapor o “dialeto caipira” (lugar do popular, do “ignorante”, do atraso e do erro) à língua falada pela mão de obra branca assalariada (identificada com o movimento do progresso): “É de todos sabido que o nosso falar *caipira* [...] dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência” (AMARAL, 1920, p. 1); “Os genuínos caipiras, os roceiros ignorantes e atrasados...” (AMARAL, 1920, p. 1).

<sup>4</sup> Abundam as citações que Antenor Nascentes faz do português de Leite de Vasconcelos. Numa delas, o filólogo lusitano instaura a divisão entre “língua do vulgar” e “língua dos letrados”. Nascentes cita Leite de Vasconcelos no original francês: “Je ne demande pas que les personnes instruites parlent et écrivent le langage du vulgaire. Chaque chose a sa place. [...] les dialectes ont un développement plus libre et plus spontané que la langue des lettrés, qui est en partie très soumise à la tradition littéraire” (NASCENTES, 1953, p. 13).



Assim escreve Antenor Nascentes (1953, p.11), explicando o processo de “variação” do português do Brasil a partir da matriz lusitana:

O que se deu pode perfeitamente ser comparado com o processo de multiplicação vegetal conhecido pelo nome de mergulhia: até se criarem raízes, o ramo vergado e mergulhado no solo é sustentado pela seiva do vegetal que sofre a operação; uma vez brotadas raízes que possam haurir seiva para a nova planta, um corte no ramo a separa e ela vai separadamente prosseguir sua evolução.

Parece funcionar aí uma memória discursiva que coloca a língua do/no Brasil invariavelmente no lugar daquilo que varia de, deriva de, origina-se de – e o complemento não podendo ser outro senão a língua matriz lusitana. Opera aí uma memória discursiva que torna evidente e natural que a língua falada no Brasil só pode ser parte (permeada de erros, como demonstramos na contradição presente em Antenor Nascentes) de uma língua outra, lugar de estabilidade e legítima origem. Trata-se, com efeito, do próprio mecanismo ideológico em que os sentidos se apresentam “como verdades indiscutíveis e muitas vezes tomadas como naturais ou universais [...] Este é o mecanismo ideológico que obriga o sujeito a repetir ‘x’ sem nem se dar conta de que poderia dizer ‘y’ ou, até mesmo, querer dizer ‘z’” (MARIANI, 2004, p. 2).

Ainda no âmbito da memória discursiva, percebe-se que se faz aí presente, ao mesmo tempo, o discurso naturalista. Está presente o mesmo ímpeto de descrever as características naturais do Brasil que se verificava no século XIX, e como bem explica Orlandi (2002, p. 305):

Uma das características básicas do discurso naturalista é a que procura, pela descrição de características naturais – seja do solo, das plantas, dos animais, do relevo, seja dos tipos humanos – tornar visível, ‘lisível’, seu objeto. Em nosso caso, esse objeto é a superfície do território brasileiro, e o discurso dos naturalistas produz uma configuração específica para o Brasil. Esta configuração é que terá o sentido de um país (ou não), ao descrever sua superfície, com uma fisionomia específica para seus diferentes aspectos: espaciais, físicos, ambientais, mas também sociais e políticos.

A questão da descrição do território está presente, inclusive, na preocupação dos filólogos de então decompor mapas linguísticos, como o realizado por Antenor Nascentes no seu *O linguajar carioca* (1953, p. 18), em que, a um anseio de capturar o espaço físico do Brasil, sua fisionomia topológica, climática etc., corresponde também um anseio de capturar

seus “falares” (tal qual proposto por Nascentes), divididos (e subdivididos) ao longo do território.



Nascentes, 1953, p. 18

No discurso naturalista, o que diz respeito à língua e o que diz respeito à natureza ocupam o mesmo lugar. Tanto é assim que, ao abrir os estudos dialetológicos no Brasil, Amadeu Amaral, inscrevendo-se nas propostas realizadas por Gaston Paris (*Les parlars de France*, 1888), chama a atenção para a necessidade de que as descrições dialetais sigam o mesmo rigor metodológico aplicado às “ciências naturais”: “estudos sérios, positivos, minuciosos” (AMARAL, 1920, p. 2), escreve Amaral acrescentando, ainda, que os futuros estudiosos deverão ser “observadores imparciais, pacientes e metódicos [...] banindo por

completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente” (AMARAL, p. 2). Trabalha, assim, com uma concepção de ciência que se inscreve em uma memória positivista europeia, em que um mesmo sentido de ciência (e de fazer ciência) pode (e deve) ser aplicado, em iguais níveis e condições, para as ciências naturais e para as ciências humanas. Trabalha-se com o positivismo, nesse sentido, como fundo necessário e indispensável para se significar a ciência e o fazer científico, em que o dialeto estudado deve ser “pessoalmente apanhado em uso, na boca de indivíduos desprevenidos” (AMARAL, p. 3). Está aí, na verdade, a defesa da pesquisa de campo, que, segundo Orlandi (2002, p. 310), “se estabelece assim no século XIX e se pratica sem muita diferença até hoje”.

Mas não é apenas nessa direção que o discurso naturalista comparece em Antenor Nascentes. É também no gesto de significar a língua do/no Brasil como sendo da ordem da moléstia, e seu estudo, portanto, sendo um estudo comparável àquele realizado pelo médico:

Não ignoramos os remoques que nos hão de trazer os estudos de patologia linguística que empreendemos (NASCENTES, 1953, p. 7);

Iremos ver os erros, tentar explicar a razão de ser deles, do mesmo modo como o médico estuda a etiologia das moléstias (NASCENTES, 1953, p. 14);

São do mais alto valor científico os casos de patologia linguística apresentados pelos dialetos; tem mais importância do que as questões fúteis sobre colocações de pronomes e ou outros assuntos (NASCENTES, 1953, p. 12).

No que diz respeito à concepção de língua, é talvez em August Schleicher que se encontra, por assim dizer, o apoio mais recorrente do discurso naturalista. Como demonstra Paixão (2010), dois pontos fundamentais devem ser levados em conta ao se falar de Schleicher e de seu naturalismo evolucionista: sua concepção de língua e sua concepção da evolução natural das línguas. Assim escreve Schleicher (*Apud* PAIXÃO DE SOUSA, 2010, p. 97):

Languages are organisms of nature; they have never been directed by the will of man; they rose, and developed themselves according to definite laws; they grew old, and died out. They, too, are subject to that series of phenomena which we embrace under the name of “life”.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Nossa tradução: “As línguas são organismos da natureza; nunca foram conduzidas pela vontade do homem; cresceram e desenvolveram-se conforme leis definidas; envelheceram e morreram. Elas também são objeto dessa série de fenômenos que consideramos sob o nome de ‘vida’”.

Comparece aí uma concepção de língua que permanecerá naturalizada na filologia do século XIX e início do século XX: as línguas são organismos vivos; fazem parte da natureza (daí derivando a proposta metodológica de que os estudos de língua se realizem com os mesmos métodos empregados nas ciências naturais); as línguas, organismos da natureza que são, nascem, crescem, desenvolvem-se, evoluem (segundo as leis próprias da natureza). Podem morrer e adoecer. Podem contaminar e ser contaminadas. É trazido para o âmbito da língua aquilo que é posto como da ordem do natural, do ser vivo que nasce, cresce, se reproduz e morre. Ao retomarmos Nascentes e sua metáfora da mergulhia, o trabalho dessa memória naquilo que o filólogo brasileiro afirma é patente: a língua portuguesa de Portugal *sofre*<sup>6</sup> a operação da mergulhia; a “língua mãe” (NASCENTES, 1953, p. 14) sofre a mergulhia, se reproduz, sustenta a “língua filha” até que esta crie raízes e, por fim, separa-se dela. A língua é da ordem do biológico, do natural; organismo vivo, que se reproduz, que adocece, que morre. A questão da língua como uma questão da natureza, do biológico, do espaço físico, aparece também em Leite de Vasconcelos, grande interlocutor de Antenor Nascentes n’*O linguajar carioca* e citado na íntegra pelo filólogo brasileiro:

De même que la flore, la faune, le climat caractérisent physiquement une région, de même les dialectes, aussi bien que les coutumes, le type anatomique, les aptitudes esthétiques, intellectuelles et Morales, les tendances morbides, caractérisent dans une certaine manière les populations qui s’en servent (LEITE DE VASCONCELOS *apud* NASCENTES, 1953, p. 14).<sup>7</sup>

O trecho, além dessa memória que significa a língua como organismo vivo, elemento da natureza do mesmo nível que um animal ou uma planta, leva-nos de volta, ainda, aos atlas linguísticos: a língua, comparável à fauna, à flora e ao clima de uma região, é também elemento caracterizador de um território, podendo-se traçar, para capturar as características desse território, um mapa do clima, da flora e da língua. Daí ser possível afirmar que a confecção dos atlas linguísticos traz consigo uma memória naturalista, em que capturar, caracterizar e descrever um território envolve também a captura da língua, representável num mapa tal qual se representa o clima, o relevo ou a vegetação. Vale mencionar que, ao trazer

<sup>6</sup> A imagem da língua portuguesa de Portugal *sofrendo* mudanças e alterações para dar origem à língua portuguesa do Brasil é recorrente em Nascentes, como ocorre, por exemplo, já no quinto parágrafo da seção “O falar brasileiro”: “a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações” (NASCENTES, 1953, p. 9).

<sup>7</sup> Nossa tradução: “Assim como a flora, a fauna, o clima caracterizam fisicamente uma região, também os dialetos, assim como os costumes, o tipo anatômico, as aptidões estéticas, intelectuais e Morais, as tendências mórbidas, caracterizam de certa maneira as populações que desses dialetos se servem”.

seu mapa linguístico, Antenor Nascentes traz também o comentário de Serafim da Silva Neto a respeito da divisão do Brasil em áreas linguísticas. Silva Neto, no seu *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (1986) afirma ser a maior dificuldade de proceder com tal divisão a falta de determinação das isoglossas (isto é, a fronteira geográfica de determina características linguística).

## Conclusão

O discurso naturalista age como base para que se estruture o raciocínio segundo o qual a língua do/no Brasil não pode ser senão uma (imperfeita) derivação da língua materna lusitana, língua que, por assim dizer, dá à luz a língua do Brasil, que, em terras de além-mar, pelo contato com o negro e o índio (as “duas raças” mencionadas por Nascentes, p. 9), contamina-se e adoce. É nesse sentido que, para Nascentes, o estudo da língua do Brasil pode ser comparado ao estudo das moléstias empreendido pelo médico; é nesse sentido que, para Nascentes (tal qual Leite de Vasconcelos), estudar uma língua é descrever mais um componente natural de um território, tal qual se faz com o clima, com a fauna e com a flora; é nesse sentido que, para Amaral (1920, p. 2), raramente se encontram, no momento dos seus estudos, “representantes genuínos da espécie” caipira, tal é o efeito da chegada da mão de obra branca e do progresso sobre a língua degenerada então falada pelo “caipira”; e é nesse sentido que, para Nascentes (1953, p. 26), ele mesmo carioca, “legítimo representante da fala genuinamente carioca”, tem autorização para descrever o “linguajar carioca”, tal qual se descreve a flora, a fauna e o clima que caracterizam fisicamente uma região.

De um lado, a língua matriz portuguesa; de outro, a “língua filha”, a língua que dela deriva, a língua que não é língua, mas dialetação; a língua que é filha bastarda.

## Referências bibliográficas:

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000004.pdf>. Acesso em: 10/03/2012.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 51.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

DIAS, Luiz Francisco. O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *História das ideias linguísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. (Orgs.). *Língua e cidadania*. Campinas, SP: Pontes, 1996, p. 127-138.

MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

MATTOS, Thiago. Dizeres de língua nacional nos anos 20: *O dialeto caipira*, de Amaral. In: *Anais do I Encontro Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito*, n. 1, v. 1, 2011.

MATTOS, Thiago; MEDEIROS, Vanise. *O dialeto caipira*, de Amaral: discurso fundador e acontecimento discursivo. In: *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 41/42, 2012.

MEDEIROS, Vanise. A língua em solo brasileiro na *Revista Brasileira* do período JK. In: *Revista da ANPOLL*, n. 25, 2008.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1922].

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil*. Campinas, SP: Pontes; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto, SP: FAPERP, 2006.

ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. In.: *Estudos da língua (gem)*, Vitória da Conquista, BA, n. 1, p. 9-13, junho de 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). *História das ideias linguísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni.; RODRIGUES, Suzy Lagazzi (Orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes, 2010.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *A morfologia de flexão no Português do Brasil: ensaio sobre um discurso de perda*. *Estudos da Língua (gem)*, v. 8, p. 55-82, 2010 (Impresso).

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1988.

SCHLEICHER, August. The darwinian theory and the Science of language. In: KOERNER, E. F. (Ed.). *Linguistics and evolutionary theory: three essays*. Amsterdam: John Benjamins, 1983, p. 1-69.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p. 202-215.

### ***O linguajar carioca, d' Antenor Nascentes: le discours naturaliste dans les dires sur la langue nationale dans les années 1920***

**Résumé:** Nous nous penchons sur *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes (1922), en nous demandant: i) s'il y a chez Nascentes une manière de signifier la langue du/au Brésil qui s'inscrit dans ce qui est déjà présent chez Amadeu Amaral (*O dialeto caipira*, 1920), qui signifie la langue du/au Brésil comme une variation (imparfaite) de la matrice portugaise; ii) si la mémoire naturaliste n'est pas aussi présente chez Nascentes; iii) et si la manière de Nascentes de signifier la langue du/au Brésil contribue pour former une position-sujet portugaise et une mémoire naturaliste qui envisagent la langue du/au Brésil comme une erreur, une déviance, un détournement (discours portugais) et comme une maladie, une pathologie, un organisme lacunaire et dégénéré, une sorte de variation malade de la langue matrice portugaise (discours naturaliste, articule au discours portugais). Nous sommes inscrits, pour cela, à l'Histoire des Idées Linguistiques (AUROUX, 1992) articulée à l'Analyse du Discours (PÊCHEAUX, 1999 ; 1988), nous considérons "la connaissance comme un discours" (PÊCHEAUX, 1988) et, par conséquent, nous comprenons un instrument linguistique de production de connaissance métalinguistique comme un discours, un objet symbolique et historique – et non seulement un objet neutre de description linguistique. C'est à travers le texte que nous identifions les mouvements de l'idéologie, les positions-sujet, la mémoire discursive.

**Mots-clés:** Histoire des idées linguistiques. Analyse du Discours. Antenor Nascentes. Discours naturaliste. Langue nationale.

**Artigo recebido em:** 14 de abril de 2013.

**Artigo aprovado em:** 06 de junho de 2013.